

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às nove
2 horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de
4 Justiça - PGJ, reuniram-se para a 31ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
6 - CEG/FDID, sob a Presidência do **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
7 **França Pinto**, as Conselheiras e Conselheiros adiante indicados:
8 **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**, representando a
9 Procuradoria Geral do Estado - PGE; **Dra. Tarin Cristiano Frota**
10 **Mont'alverne**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do
11 Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Marilene da Páscoa Barros**,
12 representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino
13 Superior - **SECITECE**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a
14 Secretaria da Saúde - **SESA**; **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**,
15 representando a Secretaria da Cultura - **SECULT**; **Dr. Osterne**
16 **Feitosa Ferro Neto**, representando a Secretaria do Turismo -
17 **SETUR**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**, Secretário Executivo do
18 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
19 **Dra. Lucivanda Serpa Gomes**, representando a Secretaria da
20 Fazenda - **SEFAZ**; **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**, membro do
21 Ministério Público, titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio
22 Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dra. Sheila Cavalcante**
23 **Pitombeira**, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da
24 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
25 **CAOMACE**. Não compareceram: o representante da Assembléia
26 Legislativa - **AL** e as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do Perpétuo**
27 **Socorro França Pinto - PGJ**, Presidente do Conselho, iniciou a
28 sessão cumprimentando a todos os presentes. Em seguida passou à
29 leitura da Pauta da 31ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual
30 Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a
31 existência de quorum a sessão foi aberta. Ordem do dia -
32 Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do
33 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
34 que foi aprovada sem restrições por todos os Conselheiros
35 presentes. Segundo Ponto: Apresentação do demonstrativo dos
36 valores recolhidos ao FDID referente ao mês dezembro de 2007 no
37 valor total de R\$ 349.077,00 (trezentos e quarenta e nove mil e
38 setenta e sete reais). Dessa quantia ainda não foram retirados
39 os valores referentes aos projetos aprovados do Ministério
40 Público (PGJ e DECON). **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
41 **Pinto** lançou uma proposta: Como o FDID ainda é pouco conhecido,
42 e acredita que muitos e, principalmente, os Promotores de
43 Justiça ainda não conhecem a disponibilidade que o FDID tem
44 hoje, sobretudo que dá ao Ministério Público 20% (vinte por
45 cento) para o seu reaparelhamento e modernização, indagou se não
46 seria o caso de mandar, como é feito com o Relatório de Gestão

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 Fiscal da PGJ, para cada Promotor de Justiça, uma cópia desse
48 Demonstrativo do FDID. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** achou
49 interessante definir para quem deveria ser enviado o
50 demonstrativo. Se para os membros do MP, as Prefeituras e
51 entidades Não Governamentais. Disse que as Ong's ainda não se
52 habilitaram para compor o Conselho, e não fazem parte dele
53 porque não querem. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** achou que
54 talvez fosse bom fazer uma chamada para elas se apresentarem.
55 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira:** Disse que isso já foi feito,
56 que esse Fundo tem quase quatro anos e acha que é por causa dos
57 poucos recursos que o Fundo tem. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
58 **França Pinto** falou que o saldo hoje já é razoável. **Dra. Sheila**
59 **Cavalcante Pitombeira** informou que freqüentemente é feito
60 campanha para trazer as ONG's, e essa é reforçada quando do
61 período da apresentação dos projetos. Disse conhecer pessoas que
62 têm organizações governamentais, que lhes são entregues a
63 relação de documentos, mas elas somem. **Dra. Maria do Perpétuo**
64 **Socorro França Pinto** disse que de início será remetido o
65 exercício financeiro para todo o Ministério Público e aos
66 municípios através dos seus gestores. Indagou se os Conselheiros
67 concordavam com esta proposição. Todos aceitaram. **Dra. Sheila**
68 **Cavalcante Pitombeira** perguntou a Ivonete se o Demonstrativo
69 Financeiro está disponibilizado na internet e na intranet.
70 **Ivonete Albuquerque** respondeu que a divulgação na internet é
71 feita mensalmente, mas não está sendo disponibilizado na
72 intranet. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** pediu que
73 fosse disponibilizado na intranet para os Promotores de Justiça.
74 Terceiro Ponto: Alteração do prazo para apresentação de projetos
75 (alteração e revogação de Resoluções). Indagou se todos os
76 Conselheiros receberam as Resoluções n°s 22, 23, 24 e 25. Disse
77 tratarem da data do período de apresentação dos projetos a serem
78 financiados com recursos do FDID. Colocou em votação a mudança
79 da data: de 1° de março a 31 de maio de 2008, nas Resoluções n°s
80 22, 24 e 25, e no art. 1° da Resolução n° 23 a redação foi
81 alterada para: O período para apresentação de projetos será o
82 estabelecido por Resolução do Conselho. As mudanças foram
83 aprovadas por todos os Conselheiros presentes. As Resoluções
84 foram modificadas para pronta apresentação através da
85 publicação. Quarto Ponto - Apresentação de Edital para seleção
86 de projetos. **Dra. Socorro França** perguntou a cada Conselheiro se
87 tinham alguma sugestão a fazer, e chamou a atenção para o art.
88 4° do Edital que elenca as áreas em que os projetos
89 prioritariamente devem ser apresentados, como: Consumidor,
90 Criança e Adolescente, Idoso, Educação Ambiental, Educação
91 Contextualizada e Reaparelhamento e Modernização do Ministério
92 Público e dos órgãos estaduais de execução e de apoio a quem

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 incumbe à defesa dos interesses sociais e individuais
94 indisponíveis. Indagou se eram essas mesmas as áreas
95 prioritárias para apresentação dos projetos. Os Conselheiros
96 confirmaram as áreas, aprovando o Edital com o texto como foi
97 apresentado. Quinto Ponto: Eleição do Vice-Presidente do
98 CEG/FDID. Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto falou que
99 poderiam ser eleitos para o cargo de Vice-Presidente do Conselho
100 os membros mencionados nos incisos II a VI do art. 2º da Lei
101 Complementar nº 46/2004, a saber: o Conselho de Política e
102 Gestão do Meio Ambiente, a Secretaria de Cultura, a Secretaria
103 de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, a Procuradoria Geral
104 do Estado, e a Secretaria da Saúde. **Dra. Sheila Cavalcante
105 Pitombeira** indagou se teria algum problema na recondução da
106 Procuradoria Geral do Estado. **Dra. Maria Lúcia de Castro
107 Teixeira** falou que o Dr. Anastácio Marinho foi eleito, e agora
108 ela é a titular, mas já foi discutido aqui que não são as
109 pessoas e sim o órgão que será votado. **Dra. Sheila Cavalcante
110 Pitombeira** disse que a Procuradoria Geral do Estado está há mais
111 de dois anos na Vice Presidência, e daí o questionamento é em
112 torno da recondução, porque a lei não fala. **Dra. Maria do
113 Perpétuo Socorro França Pinto** disse que a lei é silente, e
114 propôs ao Conselho que nesse caso poderia ser utilizado o
115 Princípio da Simetria. O Procurador Geral de Justiça é
116 Presidente por dois anos, podendo ser reconduzido por mais dois,
117 da mesma forma poderia ocorrer com o Vice-Presidente, eleito por
118 dois anos e reconduzido para mais dois. **Dr. Antonio Carlos
119 Azevedo Costa** disse que por uma questão de princípios
120 republicanos achava que poderia ser perguntado aos
121 representantes das outras instituições que podem ser votadas, se
122 queriam ser lançadas como candidatas. **Dra. Maria do Perpétuo
123 Socorro França Pinto** falou que antes gostaria de saber se o
124 princípio da simetria poderia ser aplicado, para em seguida
125 saber das instituições que foram citadas, quem se habilitaria a
126 concorrer à eleição de Vice-Presidente do Conselho. **Dra. Sheila
127 Cavalcante Pitombeira** sugeriu a recondução da Procuradoria Geral
128 do Estado justificando ser ela a Assessoria Jurídica do Estado,
129 é o órgão que participou do processo de elaboração da Lei do
130 FDID, que este tem apenas quatro anos, e ainda não tem como
131 membros as Organizações Não Governamentais, pois o Conselho
132 ainda está em processo de ajuste e, certamente, a Vice-
133 Presidência sendo reconduzida por uma pessoa eminentemente
134 jurídica e zelando pelos interesses do Estado, acha que é mais
135 interessante, em resguardo aos interesses do Fundo e da
136 coletividade. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França** indagou a
137 cada instituição a começar pela PGE, seguindo-se da
138 representação do CONPAM, SECITECE, SECULT e SESA, quem se

139 habilitaria. Apenas a representante da PGE se habilitou. Ficou
140 aclamada a Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira, Vice-Presidente
141 do Conselho Gestor do FDID. Sexto Ponto: Assuntos Gerais. Dra.
142 Maria do Perpétuo Socorro França Pinto fez uma retrospectiva
143 histórica a respeito do Fundo. Disse lembrar que na época de 80
144 quando foi iniciado o processo não só de defesa comunitária no
145 Estado do Ceará, mas também a Ação Civil Pública em 1986, e de
146 todo o contexto que tiveram, em busca de defender o interesse
147 coletivo, difuso, individual homogêneo, e que tudo isso foi
148 fruto de sonhos, de ter um desejo de criar, de transformar a
149 sociedade, de criar um mundo melhor onde às pessoas se sentissem
150 defendidas, protegidas, seguras e, principalmente, tivessem
151 acesso a justiça que é um direito fundamental de todo o cidadão.
152 Falou que naquela época tudo o que ela observava com relação a
153 falta de respeito com o consumidor, eram ingressadas Ações Cíveis
154 Públicas, e que o resultado das multas, o desiderato daquelas
155 ações ficavam sem saber para onde ia, o que fazer, era
156 depositado na conta única do Tribunal do Poder Judiciário do
157 Estado do Ceará, e ninguém fazia nada, não sabia se era para
158 reparar tal dano. Disse que em 2003, a Dra. Sheila Pitombeira no
159 trabalho que ela fez e faz com relação ao meio ambiente quis
160 saber para onde seriam destinados esses recursos, e o que se
161 poderia fazer com eles. Se para manutenção de outras coisas ou
162 para a defesa do consumidor, do meio ambiente, patrimônio
163 histórico, paisagístico, turístico, etc. E que foi idéia dela em
164 dar todo o escopo a essa Lei Complementar, necessitando apenas
165 de um parceiro, que teria de ser o Estado. O Poder Executivo. E
166 prosseguiu dizendo que: "como em toda instituição nós temos um
167 braço sensível que faz a diferença, ela buscou dentre esses
168 parceiros a Dra. Lúcia Teixeira, Procuradora do Estado, que tem
169 toda a sensibilidade para a questão ambiental". Que depois de
170 muitas idas e vindas, o Governador Lúcio Alcântara assinou na
171 Procuradoria Geral de Justiça a Lei Complementar nº 46/04, que
172 precisa ser divulgada, e que essa divulgação vai depender de
173 todos os Conselheiros juntos. Falou que estava fazendo essa
174 retrospectiva, porque Deus permitiu que essa Lei fosse assinada
175 na época em que ela era Procuradora Geral de justiça. E gostaria
176 sempre que a história mostrasse o que se deu, e através de quem
177 se deu essa conquista. E agora, o que o Conselho teria que
178 fazer, era lutar para assegurar que as pessoas que foram lesadas
179 nos seus direitos, que fossem efetivamente reparados. E achou
180 que esta é uma grande conquista deste Fundo. Disse também que é
181 por isso que ela está fazendo essa provocação inicial, para ver
182 se o Conselho realmente consegue diagnosticar aonde podem chegar
183 para reparar aquilo que foi efetivamente lesado. Comentou ter
184 passado dois anos na Presidência da Junta Recursal do DECON, e

185 que existe muito dinheiro de multas que pode ser injetado no
186 Fundo. Colocou a Procuradoria Geral de Justiça à disposição do
187 Conselho para acelerar as ações do Fundo, principalmente no que
188 diz respeito aos direitos lesados. Passou a palavra para os
189 Conselheiros, para suas considerações. Usou da palavra a **Dra.**
190 **Ana Lúcia Carneiro Bezerra** que falou da satisfação em compor o
191 Conselho e parabenizou a Dra. Socorro França pelo comando do
192 Conselho desejando-lhe sucesso. **Dra. Marilene da Páscoa Barros**
193 disse que era um prazer continuar no Conselho, e que é um
194 aprendizado na área dos direitos difusos, para ela que é formada
195 em direito. Parabenizou a Presidente e Vice-Presidente do
196 Conselho. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** manifestou o
197 prazer de ter novamente a Dra. Socorro França à frente da
198 Procuradoria Geral de Justiça, por ser ela uma mulher ousada,
199 corajosa e de tomar iniciativa. Como exemplo, falou da criação
200 das Casas de Mediação quando ela estava à frente da Ouvidoria
201 Geral do Estado e de muitas coisas, projetos, atividades que
202 tomaram corpo e que de fato aconteceram no Ministério Público
203 que vieram através dela. Também quando a Dra. Sheila estava na
204 Promotoria do Meio Ambiente foi quando se ouviu falar do meio
205 ambiente, do urbanismo. Disse ser um prazer enorme em ter a Dra.
206 Socorro no Conselho, e colocou a disposição do Conselho e do
207 Ministério Público a Procuradoria Geral do Estado, especialmente
208 a Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente, a qual está
209 responsável. Disse que quando se tem uma mulher do porte da Dra.
210 Socorro é vista a sensibilidade se manifestar mais visivelmente.
211 Disse também esperar que a sensibilidade das mulheres possa
212 espalhar agora numa área que ela acha neuvrágica e urgente, que
213 é a questão urbanística. Que o olhar da Dra. Socorro França e a
214 Dra. Sheila se faça presente nesta questão, pois ela está
215 fazendo um apelo, apelo de quem anda a pé e conhecendo a cidade
216 de Fortaleza que está muito agressiva urbanisticamente, feia,
217 triste, uma cidade sem identidade, e que é necessário que se
218 juntem forças para resolver esse problema. Disse que está
219 pedindo socorro para a cidade de Fortaleza, e que a Dra. Socorro
220 e a Dra. Sheila são as pessoas certas para começarem a puxar
221 esse mote. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França** parabenizou a
222 Dra. Lúcia Teixeira pela Vice-Presidência, e falou que uma das
223 coisas mais importantes que ela aprendeu com os seus mestres foi
224 o planejamento urbanístico, que é o instrumento eficaz que se
225 tem para pelo menos tentar melhorar a questão da violência
226 urbana, pois o planejamento urbanístico de uma cidade é feito
227 para que as pessoas vivam felizes, mais à vontade e com
228 segurança. Sugeriu que o Conselho Gestor do FDID, apesar da
229 atividade seja de reparar bens lesados, poderão também opinar a
230 respeito da questão urbanística enviando sugestões ao Poder

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

231 Executivo. Passou a palavra para representante da SESA, **Dra.**
232 **Rimena Alves Praciano** que parabenizou a Dra. Socorro França e a
233 Dra. Lúcia Teixeira e disse ser uma honra está no Conselho que
234 considera muito importante em suas atividades, e desejou que
235 nesse novo exercício fosse visto o lado daqueles que mais
236 necessitam e precisam do amparo do poder público. **Dra. Sheila**
237 **Cavalcante Pitombeira (CAOMACE)** parabenizou a Dra. Socorro
238 França e disse que os que fazem o Ministério Público sabem que
239 quando ela está na condução da instituição ocorrem grandes
240 diferenças, parabenizou também a Dra. Lúcia pela eleição de
241 Vice-Presidente. Fez observação a respeito das colocações feitas
242 pela Dra. Lúcia, primeiro em relação ao Conselho Gestor quanto à
243 conexão deste com os órgãos que o integram. Disse que existem
244 ações que são realizadas nesses órgãos que, se compartilhadas ou
245 acumuladas com os outros órgãos, podem produzir bons resultados.
246 Ações fins que podem resultar no engrandecimento ou numa conduta
247 de gestão e de decisão do Conselho, como auxílio indireto.
248 Também comentou sobre a questão urbanística da cidade de
249 Fortaleza falada pela Dra. Lúcia Teixeira, e deu como exemplo a
250 Secretaria do Turismo do Estado do Ceará que tem incentivado a
251 questão do Centro de Feiras e Eventos, e que o olhar e o
252 planejamento urbanístico pelo que foi veiculado pela imprensa
253 foram esquecidos porque vai sacrificar uma via que já está
254 demasiadamente sacrificada. Sugeriu o compartilhamento de
255 informações entre os órgãos colegiados neste contexto, para que
256 possam se ajudar e resolver as coisas de uma maneira mais
257 amigável, voltada para a coletividade. Disse ser o Conselho uma
258 família que está voltada para atender a um único cliente, um
259 único patrão que é o cidadão, que é a comunidade, a sociedade.
260 Conclamou aos Conselheiros para que lutem na atual gestão do
261 Governo do Estado para que sejam introduzidas mudanças na Lei do
262 FDID, no sentido de somar alguns outros fundos de tutela
263 coletiva (SESA - idoso, SECULT - defesa do mobiliário, dentre
264 outras), para se ter uma ação mais ampla e até um aporte mais
265 significativo. **Dra. Maria do Socorro França Pinto** disse que a
266 Dra. Sheila trouxe a baila esse assunto, que o Conselho deve
267 assumir essa provocação. Para tanto foi formada a Comissão
268 Técnica para fazer a reforma da Lei Complementar, formada pela
269 PGE, CAOMACE, SECULT e CONPAM. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**
270 parabenizou a Dra. Socorro França pela nova função,
271 parabenizando também a PGE pela recondução do seu representante
272 a Vice-Presidência do Conselho. Falou que ainda tem muito
273 dinheiro a ser carreado para a conta do FDID proveniente de
274 multas aplicadas pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias do DECON e das
275 Ações Cíveis Públicas, cujos processos estão nas prateleiras do
276 Fórum e que ainda não foram vistos. Que existem mais de 300

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 processos sendo encaminhados para a Dívida Ativa do Estado para
278 serem executadas. Desejou a todos um ano de harmonia,
279 participação, produtividade, e que estas se concretizem lá no
280 seu destinatário final que é o consumidor. **Dra. Sheila**
281 **Cavalcante Pitombeira** falou sobre a observação feita pelo Dr.
282 Antonio Carlos com referência ao encaminhamento dos processos
283 para a Dívida Ativa do Estado, e sugeriu a criação de uma Câmara
284 de Mediação/Conciliação antes dos processos serem enviados para
285 cobrança judicial, para que não haja contenda judicial e já
286 ocorra o recolhimento das multas que foram lavradas. Quanto as
287 Ações Cíveis Públicas, disse ter enviado ofício ao Presidente do
288 Tribunal de Justiça solicitando o levantamento destas, referente
289 à tutela coletiva em Fortaleza nas demandas dos juizados e
290 demandas do interior, para fins de acompanhamento. O Presidente
291 do Tribunal comunicou que só terá condições de disponibilizar
292 tais informações no final de 2008, pois atualmente no sistema de
293 cadastro só estão disponíveis o número do processo e as partes.
294 **Dra. Maria do Socorro França Pinto** informou que foi autorizada a
295 licitação de um sistema chamado ARGOS, que permitirá a produção
296 de informações sobre esses processos, e sugeriu que fossem
297 oficiados todos os Promotores de Justiça para informarem quantas
298 Ações Cíveis Públicas estão tramitando em suas comarcas. Colocou
299 em votação a mediação das multas, tendo sido aprovada por todos,
300 ressaltando que por força de lei essa decisão deverá ser levada
301 para conhecimento da Junta Recursal. Dra. Antonio Carlos Azevedo
302 Costa lembrou a necessidade de estruturação da Secretaria-
303 Executiva do CEG/FDID para que ela possa assumir essas novas
304 atribuições. Em seguida a palavra foi passada para a **Dra.**
305 **Lucivanda Serpa Gomes** que inicialmente ressaltou as qualidades e
306 competência da Dra. Sheila para fazer reflexão sobre diferentes
307 assuntos. Parabenizou a Dra. Lúcia Teixeira pela recondução e a
308 Dra. Socorro França por ter assumido mais uma vez a Presidência
309 desse Conselho, reconhecendo que esta tem se colocado como uma
310 aliada da SEFAZ no combate ao crime contra a ordem tributária.
311 Conclamou aos Conselheiros a fazer uma reflexão sobre a ausência
312 das ONG's no Conselho, que em sua opinião, deve-se ao fato das
313 mesmas desconhecerem a existência do Fundo. **Dra. Maria do**
314 **Perpétuo Socorro França** concordou e solicitou sugestões para
315 implementar medidas para que sejam levadas a sociedade sobre a
316 existência do Fundo. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu
317 verificar com a Assessoria de Comunicação da PGJ se ela teria
318 condição de desenvolver ações para divulgar o Conselho e o
319 Fundo, caso necessário, solicitar apoio ao Poder Executivo
320 através da Casa Civil. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
321 **Pinto** objetivando agilizar o processo de divulgação, solicitou a
322 presença da Assessoria de Comunicação da PGJ que inicialmente

323 fez uma foto inicial do Conselho. **Dr. José Francisco de Oliveira**
324 **Filho** pediu a palavra para parabenizar a nova Presidente pela
325 iniciativa de buscar maior articulação com as Promotorias de
326 justiça, informando ainda que por iniciativa própria já havia
327 decidido publicar no mês de novembro de cada ano, o número de
328 ações da 2ª Promotoria do Meio Ambiente, para mostrar a
329 sociedade quem está fazendo e quem vai ter que fazer a sua
330 parte. Em seguida a palavra foi passada para o **Dr. Osterne**
331 **Feitosa Ferro Neto** que inicialmente parabenizou a Dra. Socorro
332 França e destacou a sua sensibilidade para fazer as coisas
333 acontecer, por isso este Conselho assumia uma dimensão política
334 muito forte, traduzida pelas palavras da Dra. Sheila Pitombeira
335 quando se manifestou sobre a construção do novo Centro de Feiras
336 e Eventos, em razão do que gostaria de fazer alguns comentários.
337 Em primeiro lugar argumentou que o Governo do Estado e a
338 Secretaria de Turismo não tomaram uma decisão isolada sem
339 observar a parte urbanística, quando da escolha do local do novo
340 Centro de Eventos. Ressaltou que a concepção da Dra. Sheila
341 sobre o novo Centro de Feiras e Eventos foi formada através de
342 notícias veiculadas pela imprensa, notadamente o Jornal O POVO
343 que tem feito uma campanha em função do local, e que a decisão
344 foi tomada sem ouvir ninguém. Informou que o Governo do Estado
345 fez um amplo debate que culminou com um evento na cidade de
346 Beberibe, no dia 31 de março, com mais de cem pessoas da
347 Sociedade, incluindo Urbanistas, pessoas do TRADE Turístico,
348 Jornalistas, Deputados. Informou ainda, que foi realizado debate
349 público na Assembléia Legislativa, na Câmara Municipal, na FIEC
350 e no Fórum de Turismo do Ceará, concluindo por entender que foi
351 amplamente debatido o assunto Centro de Convenções e Feiras.
352 Disse ainda reconhecer que há opiniões diferentes sobre a
353 instalação do equipamento, mas entende que em qualquer área que
354 viesse a ser instalado apresentaria problema de acesso.
355 Parabenizou ainda a Dra. Socorro França pela agilidade,
356 velocidade que dá a reunião do Conselho. Em seguida argumentou
357 que o Fundo embora importante tem uma capacidade financeira
358 pequena se comparada às necessidades do Estado, sugerindo que o
359 mesmo fosse utilizado prioritariamente nas áreas de estudo e
360 educação. Sugeriu ainda, que poderia ser financiado um grande
361 debate para encontrar soluções teóricas para os problemas
362 urbanísticos de Fortaleza, que tem pessoas capazes de realizar
363 esse tipo de estudo, que poderá ser aproveitado pelo Governo do
364 Estado. Por último, sugeriu que para facilitar o processo de
365 divulgação do FDID fosse feita uma publicação em forma de
366 cartilha argumentando que nem todos têm acesso a internet, para
367 que fosse distribuída para os diversos segmentos da população.
368 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** agradeceu ao Dr.

369 Osterne Feitosa pelas palavras de incentivo, e disse que quanto
370 à execução, já estão sendo anotadas as providências a serem
371 tomadas através da Assessoria de Comunicação da PGJ que passará
372 a veicular as informações sobre o FDID e o seu Conselho através
373 do informativo semanal da PGJ que será enviado a todos os
374 Promotores de Justiça, a cada Órgão que tem assento no Conselho,
375 bem como para as ONG's, pois acha que a partir daí, além do
376 conhecimento, se torna atrativa a participação das três
377 entidades que devem compor o Conselho. Disse também que queria
378 inaugurar algo novo na pauta da reunião, e perguntou aos
379 Conselheiros se eles concordavam. Falou que como queriam dar
380 mais visibilidade ao FDID e ao Conselho Gestor, disse ser
381 necessário fazer algo mais como, reparar os bens que foram
382 lesados, pois a partir daí o Conselho passa a ser respeitado
383 pela sociedade, como também inaugurar o momento da comunicação
384 para o Conselho ser conhecido através das propostas que fará e
385 dos ofícios que enviará. Disse ser necessário fortalecer a
386 Secretaria-Executiva do Conselho, pois a Ivonete sozinha não
387 dará conta, principalmente agora quando deverá ser feito o
388 levantamento de tudo que se tem através das ações civis
389 públicas. Passou a palavra a Dra. Sheila Pitombeira para que
390 esta se manifestasse. Esta iniciou dizendo que dentre as
391 proposições que foram expostas, iria fazer duas considerações. A
392 primeira em relação à utilização do meio de comunicação, que
393 entende que seria mais frutífera a divulgação por meio de rádio
394 de difusão, principalmente nas grandes cidades do interior do
395 Estado, o que traria um efeito multiplicador nessa questão. **Dra.**
396 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** ressaltou que essa
397 comunicação deveria ser oficial efetivada através da Assessoria
398 de Comunicação da PGJ. **Grazielle Albuquerque**, Assessora de
399 Comunicação da PGJ ressaltou a importância dos dois instrumentos
400 como a melhor forma de pautar o FDID. Destacou ainda a
401 importância da parceria com os Promotores de Justiça do Interior
402 para que estes possam participar de programas nas rádios, a
403 partir de uma solicitação feita pela Procuradora Geral de
404 Justiça. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse que
405 concordava, e que o modus operandi será discutido com a
406 Assessoria de Comunicação. Indagou se os Conselheiros
407 concordavam que fossem utilizados diversos meios de comunicação:
408 imprensa falada, escrita e televisiva. Tos os Conselheiros
409 concordaram. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que em
410 razão da provocação da Dra. Lúcia Teixeira seria interessante
411 que a Secretaria de Turismo apresentasse um projeto de
412 veiculação, de divulgação da questão urbanística já para este
413 ano. O projeto seria a realização de um seminário ou de um
414 fórum, sugerindo o tema: A Valorização Urbanística e a Proteção

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

415 dos Espaços Ambientais das Unidades Geo-Ambientais. Sugeriu
416 também que nesse evento fosse feita a divulgação da Lei Estadual
417 de Zoneamento Ecológico e Econômico Costeiro, porque vai bem
418 junto a essa adequação do espaço urbanístico com a proteção do
419 patrimônio ambiental. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
420 **Pinto** abriu as inscrições para as pessoas opinarem sobre a
421 divulgação do Fundo e do Conselho. Iniciando por ela que falou
422 já terem sido adotadas providências no sentido da Assessoria de
423 Comunicação da PGJ divulgar na imprensa de todas as formas a
424 existência do Conselho Gestor do FDID. **Dra. Tarin Cristiano**
425 **Frota Mont'alverne** sugeriu que além da divulgação a ser
426 realizada pela Assessoria de Comunicação da PGJ, cada órgão que
427 tem assento no Conselho do FDID também fizesse a divulgação
428 deste através de sua Assessoria de Comunicação. **Dra. Maria do**
429 **Perpétuo Socorro França Pinto** falou que diante da sugestão da
430 representante do CONPAM, que a Assessoria de Comunicação da PGJ
431 mantivesse contato com as entidades que compõem o Conselho para
432 que seja veiculada interna e externamente a existência do FDID.
433 **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra** falou que com relação a essa
434 divulgação, a SECULT tem um Fundo Estadual de Cultura que aprova
435 projetos na área da cultura, e poderia pegar esse link com as
436 demais Secretarias de Estado que também têm uma verba para
437 comunicação e utilizá-la para divulgar o Fundo. **Dra. Marilene da**
438 **Páscoa Barros** disse que a SECITECE tem como fazer essa
439 divulgação através das universidades. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
440 **Teixeira** falou que se filiava a essa mesma linha, e se essa
441 divulgação não pudesse ser realizada através do setor de
442 comunicação da PGE, poderia ser pelo CETREI e pela Procuradoria
443 de Patrimônio e Meio Ambiente. **Dra. Rimena Alves Praciano** disse
444 achar excelente a idéia da realização das ações conjuntas entre
445 os órgãos que compõem o Colegiado visando aglutinar as
446 atividades fins, como foi colocado no Fundo de Cultura, e no
447 caso da SESA, nas ações de combate as endemias. Disse ainda, que
448 em cada atividade fim desenvolvida por cada órgão, poderia ser
449 inserida a divulgação das atividades do FDID. **Dra. Maria do**
450 **Perpétuo Socorro França Pinto** concordou com a sugestão da
451 Conselheira da SESA, e lembrou da sua passagem pelo DECON quando
452 foi feita uma cartilha para explicar para a sociedade o que era
453 defesa do consumidor, sugerindo que fosse criada uma cartilha
454 didática, financiada com recursos do FDID, para serem
455 distribuídas em todo o Estado. Sugeriu ainda, que cada
456 Conselheiro falasse com a Assessoria de Comunicação de seu
457 órgão, e que a Grazielle fizesse contacto, com urgência, com
458 essas assessorias para planejarem essas ações. **Dr. Osterne**
459 **Feitosa** se dispôs a elaborar um projeto de seminário para
460 discutir as políticas urbanas para a cidade de Fortaleza. **Dra.**

ATA DA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de janeiro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

461 **Lucivanda Serpa Gomes** colocou a Assessoria da SEFAZ à
462 disposição, e que iria entrar em contacto com o responsável do
463 Programa de Educação Fiscal e Cidadania desenvolvido em parceria
464 com a Secretaria de Educação, para contribuir com a divulgação
465 do FDID. Opinou ainda, favoravelmente sobre a elaboração da
466 cartilha. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** destacou
467 que o primeiro objetivo é mostrar à sociedade através dos meios
468 de comunicação a existência do FDID, e em segundo lugar chamou a
469 atenção de todos para a preparação da cartilha. Disse que seria
470 importante a participação de todos, porque a administração
471 moderna não comporta a questão individual. Falou ainda, que na
472 próxima reunião o primeiro ponto da pauta será a avaliação do
473 que foi realizado. Por fim, agradeceu a Deus e pediu que ele
474 abençoasse a todos do Conselho, porque ele tudo pode. Agradeceu
475 a presença de todos e encerrou a sessão.
476

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do CEG/FDID

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Conselheira - PGE

Marilene da Páscoa Barros
Conselheira - SECITECE

Tarin Cristiano Frota Mont'alverne
Conselheira - CONPAM

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheiro - DECON

Lucivanda Serpa Gomes
Conselheira - SEFAZ

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheiro - PJMA

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - SETUR

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - CAOMACE

Ana Lúcia Carneiro Bezerra
Conselheira - SECULT

477
478
479